

**LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA:  
abolir, complementar ou diversificar?**

*Selva Guimarães Fonseca\**

**RESUMO:** *O texto analisa a questão do uso do livro didático de História e Geografia nas escolas brasileiras. A autora focaliza alternativas metodológicas para o uso do livro texto em sala de aula.*

**ABSTRACT:** *This paper aims to analyse the questions related to the use of textbooks for History and Geography in brazilian schools. The autor focuses on methodological alternatives for the use of textbooks in the classroom.*

Para muitos pesquisadores esta questão pode parecer inadequada ou superada. Há no meio acadêmico brasileiro algumas posições que consideram “saturadas” as pesquisas sobre livro didático. Isto porque muito já se investigou sobre o assunto e, apesar de tudo o que já se disse - sobretudo “contra” o conteúdo e a forma do livro didático brasileiro -, ele continua caracterizado por um baixo padrão de qualidade e constitui a principal fonte de estudo, o elemento predominante e muitas vezes determinante no processo de ensino.

O livro didático é, de fato, o principal veiculador de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar. Alguns educadores, ao se referirem ao uso recorrente do livro didático, afirmam: “ruim com ele, pior sem ele”. Isto justifica o debate, as pesquisas, e neste sentido desenvolverei aqui algumas reflexões que me acompanharam enquanto usuária de livros didáticos e, posteriormente, como pesquisadora da área.

Em primeiro lugar, por que o livro didático de História e Geografia, especialmente aquele destinado às séries iniciais do ensino fundamental, caracterizado por um baixo padrão de qualidade, é tão amplamente utilizado no Brasil?

---

\* Professora Doutora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica na área de Metodologia de Ensino e da Pós-graduação na Universidade Federal de Uberlândia-MG.

A resposta parece óbvia. Ele é utilizado porque alguém compra, ou melhor, porque há uma demanda, um enorme mercado consumidor constituído. E, em geral, este público consumidor não exige livros didáticos de boa qualidade. Logo, a Indústria Editorial se comporta como fabricante de um produto qualquer: produz de acordo com as exigências do mercado, testando-o permanentemente com produtos novos, fazendo pesquisas de opinião, operando com poderosas estruturas de marketing e contratando especialistas de renome nas Universidades como autores e/ou consultores. Ou seja, a lógica que prevalece é a do mercado capitalista em geral: a oferta varia de acordo com a demanda. Em outras palavras, se temos livros “ruins” no mercado é porque são aceitos, são consumidos, são adotados por parte dos professores. O raciocínio, à primeira vista, parece simples.

Entretanto, há particularidades no mercado de livros, no Brasil, que devem ser consideradas. A grande fatia do mercado consumidor está concentrada, pois o maior comprador de toda a produção de livros didáticos é o Estado Brasileiro. Este fato conduz a inúmeras implicações não só no nível da produção, como também no da circulação e do consumo.

A política de distribuição do livro didático no Brasil, definida no Decreto Federal 91.542 de 19 de agosto de 1985, instituiu o Programa Nacional de Livro Didático e as regras para sua execução. O processo de gerenciamento e implementação foi concentrado durante anos na FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação e Cultura). A partir do último governo (1994-1998), está em curso uma descentralização desse processo. De acordo com essa política, o MEC se comprometia a distribuir gratuitamente livros didáticos aos alunos de escola pública de 1º grau, sendo a escolha dos livros feita pela escola, professores, secretários, que avaliavam, selecionavam os títulos e os solicitavam ao Governo Federal, que, por sua vez, comprava das editoras e distribuía para todo o Brasil. Ao longo dos anos a execução desse programa, formalmente democratizante, apresentou uma série de problemas:

- 1) O governo não possuía mecanismos de seleção da oferta das editoras. Com exceção do critério não consumível, tudo aquilo que as Editoras ofereciam em seus catálogos entrava nas listas de escolha enviadas às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e às escolas;

2) Os professores, diretores, supervisores e técnicos que faziam a seleção dos livros geralmente não eram orientados quanto à qualidade das obras que compõem o enorme elenco de ofertas, ficando à mercê da estrutura de marketing das maiores editoras que vão para o interior das instituições monitorar e influir no processo de escolha e aquisição. Vale ressaltar que escolher mal o livro não é uma prerrogativa das escolas públicas, pois algumas escolas privadas, de elite, também, por falta de informação adotam livros absolutamente defasados;

3) A estrutura administrativa e gerencial encarregada de implementação da política se revelou extremamente burocratizada, sujeita a pressões e desvios, alguns dos quais já conhecidos e denunciados. Muitas vezes, o livro solicitado nunca chegava à Escola, ou chegava com até com dois, três anos de atraso;

4) Não se criou nenhum mecanismo permanente de avaliação e controle da qualidade de produção didática destinada ao ensino fundamental (como exemplo, à semelhança da avaliação permanente dos cursos de Pós-graduação feita pela CAPES). Isto quer dizer: o MEC, comprou durante, vários anos, milhares de livros sem nenhum critério, sem ao menos saber o que estava sendo enviado para as crianças lerem. Além disto, também, reconhecidamente, não houve um controle rigoroso do investimento de milhões de dólares do contribuinte;

5) As editoras brasileiras conquistaram, nos últimos trinta anos, condições financeiras e técnicas para produzir livros didáticos de boa qualidade, mas não investiram adequadamente na melhoria do padrão porque qualquer tipo de produto didático tem venda “garantida”, especialmente para o MEC/FAE, um dos maiores compradores de livros didáticos do mundo. As editoras investem as grandes margens de lucro obtidas com a venda dos livros didáticos em lançamentos de outras obras de qualidade para o público consumidor mais restrito e exigente.

A partir de 1994, na gestão do professor Murilo Hingel no Ministério da Educação e do professor Everaldo Lucena na presidência da FAE, iniciou-se um processo de avaliação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras. As conclusões do grupo de especialistas, publicadas em relatórios do MEC/FAE, em 1994, apontaram uma série de problemas e sugestões para aprimorar a qualidade das obras. Esse processo de avaliação foi retomado pelo Ministério da Educação e algumas medidas já começaram a produzir

efeitos, entre eles a publicação do Guia que classifica as obras de acordo com a avaliação dos especialistas.

O esforço do MEC precisa ser aprofundado, pois, se a preocupação da sociedade e do Estado é construir uma educação básica de qualidade, é imprescindível produzir materiais didáticos de melhor qualidade. Para isso é preciso realizar, a meu ver, uma profunda e permanente avaliação da produção disponível no mercado. O Estado e as escolas públicas e privadas, os maiores compradores, devem exigir seus direitos como consumidores exigentes, propondo mudanças qualitativas às editoras, exigindo a revisão ou a retirada do mercado dos livros desatualizados, dos que contenham erros conceituais e dos que veiculem preconceitos raciais, políticos e religiosos. Mesmo com a política de descentralização, é necessário que o Ministério da Educação invista efetivamente em formas de avaliação permanente da qualidade das obras e coleções, para que assim possa oferecer, aos professores e às escolas em geral, opções e critérios para a escolha do material mais adequado às diferentes realidades.

Em segundo lugar, considero necessário refletir sobre a seguinte questão: se o livro didático é um elemento tão poderoso e determinante no ensino básico brasileiro, quais as possibilidades de reinvenção das relações professor/aluno/livro didático? Em outras palavras, como tornarmos os conhecimentos históricos e geográficos ensináveis e assimiláveis, em nossas aulas, sem nos submetermos à sedução exclusivista do livro didático?

Alguns professores defendem abolir o uso do livro didático nas aulas de História e Geografia, devido ao seu baixo padrão de qualidade. Problema: cuidado, pois não é possível conduzir o ensino dessas disciplinas sem textos. O texto é a principal fonte e ferramenta para o ensino e a aprendizagem de História e Geografia. Logo, essa atitude de negação do livro didático exige a organização e/ou a reprodução de textos alternativos ou a utilização de vários outros livros. Não podemos, no final do século XX, fazer apologia do velho recurso da lousa e do giz. Nem tampouco os nossos professores têm condições de trabalho, tempo disponível, leituras, fontes adequadas para produzir os próprios textos utilizados em sala. A aprendizagem significativa em História e Geografia requer leitura de textos, mapas, documentos, ilustrações variadas para que o aluno possa “viajar” no tempo e no espaço, rumo à compreensão histórica e geográfica.

Hoje, é absolutamente condenada, pela grande maioria dos educadores, a utilização única e exclusiva do livro didático de História e Geografia. Ele vem assumindo a forma do currículo e do conhecimento em sala de aula. Esta postura metodológica, infelizmente comum na maioria das escolas brasileiras, acaba formando nos alunos uma concepção de livro didático como fonte única, inquestionável de conhecimento. Alunos e professores tornam-se submissos ao livro e às “verdades” por ele transmitidas. Exemplo disso é a insegurança do professor ao contestar, criticar e mesmo detectar erros conceituais nos textos e atividades. Muitas vezes, o professor percebe o erro, mas, por insegurança, não o admite, nem o discute com seus alunos para não abalar a autoridade do manual e de seus autores. Ora, o livro é apenas uma fonte, um material que transmite um saber, um determinado ponto de vista, uma concepção de História e Geografia, mas não é o dono da verdade.

Complementar o livro didático, utilizando outras fontes em sala de aula, é uma opção metodológica que não descarta o uso de outros materiais, nem tampouco considera o livro como mero “bode expiatório”, culpado por todos os males do ensino. Essa postura parte de um pressuposto básico: se o livro didático é uma das fontes de conhecimento histórico e geográfico, como toda e qualquer fonte possui uma historicidade e chama a si inúmeros questionamentos. É incompleto, seletivo e parcial. Necessita ser complementado, explicado, contestado, criticado, revisto, atualizado. Um exemplo da necessidade de complementação está nos recentes livros didáticos de Geografia. As editoras, praticamente, retiraram toda a alfabetização cartográfica, as atividades de leitura e construção de mapas dos livros didáticos, passando a vender os paradidáticos específicos, os chamados cadernos de mapas. Se os professores não complementarem através de outros materiais, os nossos alunos, especialmente os da escola pública, de baixo poder aquisitivo - que não podem comprar os paradidáticos e o Atlas Geográfico, - não terão acesso ao saber cartográfico. Em outras palavras, as escolas e os professores estarão negando aos alunos o direito de aprender localização e representação espacial. Questiono: é possível formar cidadãos que não entendem, não representam, nem localizam espaço em que vivem?

Diversificar as fontes utilizadas em sala de aula tem sido o maior desafio dos professores de História e Geografia na atualidade. Isso implica superar a relação de submissão e não ceder à sedução fácil e exclusivista do livro didático. Requer uma postura de crítica frente ao conteúdo veiculado. Felizmente, há, hoje, inúmeras possibilidades de produzir trabalhos

pedagógicos criativos e significativos. As formas mais comuns de complementar e diversificar os livros são por meio da incorporação de outras linguagens: canções, programas de TV, plantas, mapas, filmes, artigos e materiais de revistas, de jornais, documentários, poemas, obras literárias e também fontes orais, entrevistas, palestras de pessoas-fonte, além dos livros paradidáticos. Uma outra forma bastante recorrente é a organização de projetos de ensino/pesquisa, em que os alunos têm oportunidade de investigar e confrontar diferentes fontes, especialmente diferentes livros didáticos sobre o mesmo tema. Ao final, serão capazes de produzir um outro texto, um outro conhecimento, fruto de uma relação ativa entre sujeitos e saberes.

Esses caminhos metodológicos estão se consolidando e, nos últimos anos, vem ocorrendo um duplo movimento de renovação. Além de rever, ampliar, aperfeiçoar o livro didático, as editoras publicam uma diversificada oferta de paradidáticos, veiculando novos temas e também problemáticas relacionadas à nova produção científica. Esse processo de renovação é tímido, pois o livro didático de História e Geografia, ao simplificar os temas, ao tornar “didáticos” determinados conteúdos, excluem sujeitos, ações, fontes importantes para o processo de ensino/aprendizagem, cujo papel é o da formação da consciência histórica e espacial do aluno.

Neste sentido, deixo como “provocação” a necessidade de rebeldia e ousadia contra a submissão ao livro didático. A formação de sujeitos livres, cidadãos do mundo, requer uma atitude de respeito para com o mundo, para com o conhecimento produzido, mas também de crítica!

## **Bibliografia**

CARRETERO, M. **Construir e ensinar – as Ciências Sociais e a História**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos**. Brasília: MEC/FAE, 1994.

FONSECA, S.G. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FREITAG, B., COSTA, W., MOTTA, V. R. **O livro didático em questão.** São Paulo: Cortez, 1993.

REVISTA DO LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM HISTÓRIA.  
**O livro didático em discussão.** Uberlândia, EDUFU, v.1, n.2, ano II, jan. 1995.